



I SEMINÁRIO DE DIREITO PARA JORNALISTAS - DIA 27.08.99

ENCERRAMENTO

Juiz Sebastião Coelho

O Alexandre Garcia falou, na segunda-feira, que a CPI do Judiciário propiciou esse encontro. Com todo respeito, não é a realidade. Na nossa campanha política no ano passado, que disputamos ferreamente, aqui, os votos dos colegas, ganhamos por doze votos. Já perdemos uma outra por um voto também. Então, no nosso programa consta isso: levar a Magistratura para a Imprensa e a Magistratura para a escola.

Um grupo de colegas já agendou, em várias escolas públicas, ministrar palestras com os alunos, bater papo, mostrar, não ficar, como me disse uma funcionária da associação na segunda ou terça-feira: "Doutor, antes de eu trabalhar na associação, tinha medo de juiz, quando falava que era juiz, ficava com um medo terrível." Creio que esse encontro teve essa finalidade, de que nós não tenhamos medo uns dos outros, apenas a respeitar aquele limite onde o juiz não possa falar.

Desembargador George Lopes Leite

Na minha despedida, vou deixar uma mensagem especial para vocês, jornalistas: uma sentença judicial, se olharem bem é apenas um pedaço de papel onde tem algumas letras escritas.

Pedaço de papel tem muitas serventias, inclusive para limpar sujeiras. O valor de uma sentença decorre da consciência jurídica do povo. Decorre desse sentimento indefinido de cidadania que nos faz respeitar a manifestação soberana do Estado, por intermédio de seus representantes escolhidos de acordo com as regras estabelecidas.

Tão importante quanto as sentenças dos juizes é a manifestação livre e independente da imprensa. O que nunca podemos esquecer é que a atuação dessas duas forças vivas da não é o oxigênio que não vai permitir que se estabeleça, novamente, um regime de exceção entre nós. É preciso compreender o papel que cabe a cada um de nós, para que não sejamos, jamais, instrumentos da opressão e do arbítrio. Mais do que isso, precisamos manter acesa a chama da esperança no espírito do povo. A esperança na Justiça, na igualdade, na fraternidade. Porque um povo que não crê nas suas instituições e nos homens que a representam, perdem o referencial de sua própria cidadania.

Respeitando-nos mutuamente, mantendo-nos conscientes da importância de cada um de nós, compreendendo nossas limitações, nossas dificuldades, nossas angústias; é dessa forma que conseguiremos manter acesa essa chama no espírito do povo.

Acaso vocês imaginam quantas noites passei sem dormir quando resolvi determinar a libertação de 158 presos de nosso presídio? Acaso compreendem as angústias sofridas com a repercussão dessa decisão na sociedade? Acaso imaginam quantas noites insones passou a Juíza Sandra de Santis quando decidiu que os jovens incendiários do índio Pataxó não queriam mata-lo mas apenas feri-lo? A decisão judicial, especialmente quando suscita polêmica é sempre muito sofrida para o juiz. E, mesmo não sendo a melhor, a mais sábia, a mais justa ou aquela esperada pela sociedade, é sempre a expressão da independência, da liberdade de consciência do juiz. Seria muito mais cômodo para o juiz, atemorizado diante da expectativa da reação irada da mídia - fato perfeitamente previsível em algumas circunstâncias - mandar às favas sua consciência e decidir para agradar o grande público.

Embora correndo o risco de errar, ao juiz deve ser assegurada a liberdade de consciência. Isso é da essência da democracia. Ademais, se o juiz errar, ao cidadão sempre restará o recurso à instância superior, que certamente corrigirá o erro. O que não pode faltar ao juiz é fundamentar suas decisões, para que não fiquem sujeitas ao arbítrio ou a simples capricho, e, o que é mais importante, para possibilitar a ampla defesa, com utilização dos recursos cabíveis. Nunca devemos nos esquecer dessa lição: o juiz e o jornalista devem encontrar um meio de convivência pacífica, respeitando-se mutuamente. Ao juiz compete decidir conforme sua consciência, sem esperar o aplauso fácil da mídia; ao jornalista, compete observar, noticiar e criticar, quando necessário. Mas sem nunca perder de vista, um e outro, de que todos nós somos essenciais à democracia deste país.

Juiz George Lopes Leite

Vou contar a vocês um fato.

Semana passada, fomos participar de um fórum, II Encontro Nacional da Execução Penal. Todo mundo sabe que fizemos o I Encontro aqui, que foi uma coisa que repercutiu, e cada ano está sendo realizado em um estado diferente.

Estávamos no Rio de Janeiro e um colega ia justamente apresentar uma tese, um colega entusiasta pelo computador ia apresentar a tese da vídeo-conferência, do julgamento a distância. Como o Ministro Carlos Veloso não pôde ir ao Rio de Janeiro, o colega programou uma vídeo-conferência com o ministro para abertura do congresso. Todos os testes foram feitos às seis horas da tarde. Imagem e som espetaculares! Não era o ministro falando, mas o colega falando do gabinete dele como se estivesse lá. Uma maravilha!

O congresso foi aberto às sete horas com o Ministro José Carlos, que saiu de Brasília de jatinho para ir lá só para essa abertura. Sete horas, sete e quinze, sete e vinte, cadê o sinal telefônico? O danado do telefone ocupado. Nada de restabelecer o sinal das comunicações. Nada. Então, o presidente da mesa: "Olha, estamos aqui aguardando o pronunciamento do Ministro Veloso, mas como não podemos ficar indefinidamente. Vou conceder a palavra ao Ministro José Carlos para que vá fazendo sua explanação e, desde logo, já me penitencio aqui. Se por acaso o sinal chegar, o senhor me dá a permissão de interromper, porque estamos aqui dependendo desta alta tecnologia?" E o ministro, assim, com um sorriso meio amarelo, começou a falar. Falou dez minutos. Quando chegou naquele paroxismo, quando começou a dizer o que tinha ido fazer ali, aí entra o sinal. Cortaram a palavra do ministro, o Desembargador Carpeno de Amorim disse: "Ministro, me perdoe." O ministro disse que tudo bem, com o sorriso ainda amarelo. Cortou a palavra do ministro e, no telão, começa a aparecer uma imagem disforme. Não se via absolutamente nada. A cabeça do homem estava lá na pontazinha da esquerda e o corpo do outro lado. Cortaram a cabeça. E quando ele começou a falar, parecia o coaxar de um sapo. Ninguém entendia nada.

Foi uma cena hilária, para não dizer ridícula. Fiquei com vergonha pelo ministro. Para mim, foi uma desfeita, uma coisa terrível, e ele, impávido, resistiu a essa provocação, passou cinco minutos em que ninguém conseguia entender o que Carlos Veloso dizia, e, finalmente, cortaram, graças a Deus, para restabelecer a palavra ao ministro. Juiz George Lopes Leite Apenas para a minha despedida, vou deixar uma mensagenzinha para vocês, pequena. Uma sentença, se vocês olharem bem, vão perceber que é um pedaço de papel onde tem algumas letras escritas. Pedaço de papel tem muitas serventias, inclusive para limpar sujeiras. O valor de uma sentença decorre da consciência jurídica de uma nação. O valor de uma sentença decorre daquele sentimento indefinido que nos faz respeitar uma manifestação soberana do Estado por intermédio de um representante eleito de acordo com as regras em jogo.

Muitas vezes, tão importante como as sentenças, é a manifestação livre, autônoma, independente da imprensa.

Agora, o que nós não podemos nunca esquecer, é que os dois são o oxigênio que não vai permitir que se estabeleça, novamente, a ditadura entre nós. É preciso ter a compreensão do papel que cabe a cada um de nós, para que não sejamos, jamais, instrumento da opressão do cidadão. Assim, respeitando-nos, e tendo consciência das nossas limitações, das dificuldades, das angústias. Vocês imaginam quantas noites passei sem dormir porque soltei 158 presos, preocupado com as repercussões que isso poderia causar na nossa sociedade?

Vocês imaginam quantos dias a Juíza Sandra De Santis ficou sem dormir quando resolveu decidir daquela maneira? A decisão dela pode até não ter sido a melhor, a mais aceitável, a mais

esperada pela sociedade, mas foi a mais difícil para ela. Seria muito simples um juiz se atemorizar diante de toda aquela coisa, porque ela sabia, perfeitamente, que iria acontecer aquilo, mas preferiu não ferir sua consciência. Embora correndo o risco de errar, essa é a maneira menos imperfeita de a democracia se estabelecer num país, é a gente saber que se o juiz errar, o cidadão sempre poderá recorrer e exigir daquela juíza uma fundamentação para as suas decisões para não ficar, absolutamente, ao arbítrio.

Nós nunca podemos nos esquecer desses aspectos, para que o juiz e a imprensa possam se respeitar mutuamente e trabalhar, não esperando aplauso da mídia, mas trabalhar com essa consciência de que nós somos essenciais à democracia deste país.

Obrigado.

Juiz Sebastião Coelho

A Magistratura do Distrito federal aplaude os jornalistas que se interessaram por essa matéria.